

## **1 Contexto Operacional**

A ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (“Companhia” ou “ALL Malha Norte”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Cuiabá – Mato Grosso, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão para o transporte ferroviário de carga da Companhia foi concedida em 19 de maio de 1989 por um prazo de 90 anos, prorrogável por igual período. Não há obrigações de pagamento de qualquer valor durante o prazo do contrato uma vez que a ferrovia foi construída com capital privado.

### **a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia**

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

O contrato será extinto com a concretização dos seguintes fatos: convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; término do prazo contratual; encampação ou resgate, por interesse público superveniente à concessão, mediante a devida indenização; anulação por ilegalidade da concessão ou do contrato; infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços; por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da Companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

## **2 Base de preparação e principais políticas contábeis**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de março de 2017.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

#### **• Nota 10 - Imobilizado**

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 10.

#### **• Nota 14 – Compromissos de arrendamento operacional**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

#### **• Nota 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### • Nota 22 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### • Nota 13 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

### Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- (b) Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- (c) Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

#### **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

#### **2.5 Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas):**

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

	<b><u>Participação direta e indireta</u></b>	
	<b><u>31/12/2016</u></b>	<b><u>31/12/2015</u></b>
<b>Coligadas (Equivalência patrimonial)</b>		
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%
Portofer Ltda.	50,00%	50,00%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos inclui os gastos com transação.

As demonstrações financeiras incluem os resultados e variações patrimoniais de coligadas, na proporção da participação da Companhia, após a realização de ajustes para alinhá-las às suas políticas contábeis com aquelas da Companhia

## **2.6 Instrumentos financeiros**

### **a) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças. Que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre os instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda incluem CDBs e títulos do governo.

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

- b) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **c) Capital social**

##### **• Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

##### **• Ações preferenciais**

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido são reconhecidos como passivo.

#### **d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting***

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

- ***Hedges de fluxo de caixa:***

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

## ***2.7 Estoques***

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.



## 2.8 Imobilizado

### a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

### b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

### c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

## **2.9 Intangíveis**

### **(i) Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

### **(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### **(iii) Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

## **2.10 Redução ao valor recuperável (impairment)**

### **• Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

## **2.11 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

## **2.12 Benefícios a empregados**

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

O plano de previdência da Companhia mesmo sendo substancialmente de contribuição definida, possui um componente com característica variável, cujo risco está atrelado ao pagamento de benefício mínimo e ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios em ocasião de Pensão por Morte do contribuinte Ativo, bem como em Aposentadoria por Invalidez, limitado a três salários. Eventual passivo atuarial apurado é registrado pela Companhia.

### **2.13 Receita**

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

#### **2.14 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A Companhia possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

#### **2.15 Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

##### **a) Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

##### **b) Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

## **2.16 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

## **2.17 Impostos e contribuições**

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

- **Impostos indiretos**

A receita é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

## **2.18 Demonstrações de valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

## **2.19 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa**

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- (a) Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$199.162.
- (b) Aporte de ativos pela controladora Rumo no montante de R\$898.923.

## **2.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

### **Iniciativa de Divulgação (IAS 7 / CPC 26)**

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

### **Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Tributos sobre lucro**

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

### **IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes**

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.



- a) Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- b) Receita de serviços: Obrigações de desempenho separadas terão de ser identificados em conexão com a prestação de serviços de transporte.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não será reapresentado.

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

### **IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- a) A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- b) Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- c) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- d) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- e) A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

#### **IFRS 16 - Arrendamentos**

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representar o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, ou antes, da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado seria o reconhecimento de ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de material rodante e vias permanentes da Companhia. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- a) Abordagem retrospectiva; ou
- b) Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

## **2.21 *Reapresentação das cifras comparativas***

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentados para reclassificação do saldo de debêntures privadas (veja nota 8) no montante de R\$515.600 do ativo circulante para o ativo não circulante visto que as debêntures têm vencimento contratual em 05/01/2020 e não 02/05/2016, como anteriormente apresentado.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Reais</b>		
Bancos conta movimento	<b>74.580</b>	16
Aplicações financeiras	<b>167.857</b>	25.087
	<u><b>242.437</b></u>	<u>25.103</u>

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Aplicações em fundos exclusivos</b>		
Fundos de investimentos	-	86
<b>Aplicações em bancos</b>		
Certificado de depósitos bancários - CDB	<b>141.137</b>	25.001
Operações compromissadas	<b>26.720</b>	-
	<u><b>167.857</b></u>	<u><b>25.087</b></u>

Conforme descrito na nota 1, a gestão de caixa da Companhia é centralizada na controladora Rumo. Consequentemente, variações nos saldos de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários (veja nota 4) são não representadas exclusivamente pelas operações da Companhia mas também por adiantamentos e outras operações financeiras com partes relacionadas (veja nota 7).

### 4 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

#### Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Títulos do governo	<b>430.098</b>	174.891
	<u><b>430.098</b></u>	<u>174.891</u>

#### Caixa restrito

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Aplicações vinculadas a empréstimos	<b>63.474</b>	77.262
Fianças bancárias	<b>24.097</b>	2.557
	<u><b>87.571</b></u>	<u>79.819</u>

## 5 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Clientes terceiros	<b>219.895</b>	41.032
Clientes partes relacionadas (*)	<b>11.921</b>	165.697
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(2.034)</b>	(1.364)
	<b>229.782</b>	205.365

(\*) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a receber com partes relacionadas (substancialmente compreendidos com transações com a ALL - Malha Paulista) tem por natureza aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviários.

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes, líquido da provisão de créditos de liquidação duvidosa, são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	<b>206.317</b>	44.100
Vencidas		
Até 30 dias	<b>9.251</b>	10.243
De 31 a 60 dias	<b>1.511</b>	12.277
De 61 a 90 dias	<b>685</b>	11.439
Mais de 90 dias	<b>12.018</b>	127.306
	<b>229.782</b>	205.365

Faturas a vencer em 31 de dezembro de 2016 incluem R\$ 180.505 referente a *take or pay*.

Faturas vencidas acima de 90 dias em 31 de dezembro de 2016 incluem R\$ 10.473 de saldos com partes relacionadas (R\$ 127.345 em 31 de dezembro de 2015), para as quais também não são constituídas provisões visto o atraso decorrer da gestão de caixa centralizada do grupo, e não de inadimplência.

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	<b>(1.364)</b>	-
Adições	<b>(946)</b>	(1.364)
Reversões	<b>276</b>	-
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>(2.034)</b>	(1.364)

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos. Para clientes que possuem uma fatura vencida há mais de 90 dias, faturas vencidas há menos tempo ou ainda não vencidas também são consideradas para fins de provisão.

## 6 Outros tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Créditos federais a compensar		
PIS/COFINS	<b>36.019</b>	56.438
ICMS (i)	<b>16.992</b>	11.126
ICMS CIAP (ii)	<b>3.792</b>	20.933
Outros	<b>108</b>	1.018
	<b>56.911</b>	89.515
<b>Circulante</b>	<b>16.513</b>	39.495
<b>Não circulante</b>	<b>40.398</b>	50.020
	<b>56.911</b>	89.515

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

## 7 Partes Relacionadas

	<u>Ativo não circulante</u>		<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
ALL Intermodal	-	480	-	-
ALL Malha Oeste	-	12.176	-	-
ALL Malha Paulista	-	127.157	-	-
ALL Malha Sul	1.198.758	426.255	-	9.641
ALL S.A.	-	153.576	-	-
ALL Serviços	-	15	-	-
Portofer	-	8.019	-	421
	<b>1.198.758</b>	<b>727.678</b>	<b>-</b>	<b>10.062</b>

Todas as transações com partes relacionadas demonstradas no quadro acima estão relacionadas a recursos financeiros para gestão de caixa centralizada realizada pela controladora direta Rumo. Os mútuos são remunerados à taxa de TJLP + 1,4% a.a..

### Outros saldos com partes relacionadas

Do total do saldo referente a adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.913.737 é decorrente de transações com a ALL Malha Paulista referente a partilha de fretes (R\$514.213 em 31 de dezembro de 2015).

O saldo a pagar para fornecedores contempla R\$ 62.869 em 31 de dezembro de 2016 decorrente de transações com partes relacionadas (substancialmente Rumo S.A. e Raízen Combustíveis S.A.) referente à compra de combustíveis e prestação de serviços portuários (R\$159.144 em 31 de dezembro de 2015).

## 8 Debêntures privadas

Em 6 de janeiro de 2015, a Companhia adquiriu uma série de 45.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 450.000 emitidas pela sua controladora como segue:

<b>Série</b>	<b>Data de emissão</b>	<b>Valor</b>	<b>Vencimento final</b>	<b>Remuneração anual</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
Debêntures privadas – Rumo S.A.	06/01/2015	450.000	06/01/2020	CDI+1,30%	595.401	515.600

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 79.801 em 31 de dezembro de 2016. (R\$ 65.600 em 31 de Dezembro de 2015).

## 9 Investimentos em coligadas

	Número de ações da investida	Ações da Companhia	Percentual de participação	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	5.138	2.531	-	-	7.669
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.701	2.557	(3.754)	(134)	18.370
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.558	3.620	(2.180)	-	16.998
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	44.695	-	-	(5)	44.690
<b>Total</b>				<b>85.092</b>	<b>8.708</b>	<b>(5.934)</b>	<b>(139)</b>	<b>87.727</b>

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Resultado de equivalência	Dividendos	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	6.220	245	-	(1.327)	5.138
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	15.826	3.980	-	(105)	19.701
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	15.680	2.846	(4.000)	1.032	15.558
Portofer	50.251.533	25.125.767	50,00%	43.826	869	-	-	44.695
<b>Total</b>				<b>81.552</b>	<b>7.940</b>	<b>(4.000)</b>	<b>(400)</b>	<b>85.092</b>

### Informações das investidas

	31/12/2016			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	185.364	148.035	37.329	9.906
Terminal XXXIX	43.226	14.618	28.608	7.492
TGG S.A.	222.685	38.910	183.775	24.320
Portofer	184.944	95.554	89.390	-

	31/12/2015			
	Total do Ativo	Total do Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Termag S.A.	177.820	152.127	25.693	1.249
Terminal XXXIX	44.499	13.384	31.115	8.429
TGG S.A.	256.027	59.016	197.011	34.267
Portofer	148.344	58.964	89.380	1.738



## 10 Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
<b>Valor de custo:</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>232.112</b>	<b>1.958.434</b>	<b>35.899</b>	<b>2.258.014</b>	<b>133.063</b>	<b>4.617.522</b>
Adições	-	20.374	423.143	3.246	242	447.005
Aporte de ativos da Rumo S.A	-	898.923	-	-	-	898.923
Baixas	-	(1.281)	(14.361)	-	(7.299)	(22.941)
Transferências	(126.168)	316.753	(342.108)	151.130	(2.630)	(3.023)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>105.944</b>	<b>3.193.203</b>	<b>102.573</b>	<b>2.412.390</b>	<b>123.376</b>	<b>5.937.486</b>
<b>Valor de depreciação:</b>						
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(54.021)</b>	<b>(686.157)</b>	-	<b>(441.676)</b>	<b>(38.576)</b>	<b>(1.220.430)</b>
Adições	(14.379)	(153.818)	-	(219.717)	(9.694)	(397.608)
Baixas	-	370	-	-	3.861	4.231
Transferências	35.110	(1)	-	(26.927)	(7.590)	592
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(33.290)</b>	<b>(839.606)</b>	-	<b>(688.320)</b>	<b>(51.999)</b>	<b>(1.613.215)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>178.091</b>	<b>1.272.277</b>	<b>35.899</b>	<b>1.816.338</b>	<b>94.487</b>	<b>3.397.092</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>72.654</b>	<b>2.353.597</b>	<b>102.573</b>	<b>1.724.070</b>	<b>71.377</b>	<b>4.324.271</b>

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

## **Análise de perda ao valor recuperável**

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo da concessão.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Esse fluxo de caixa futuro foi descontado por uma taxa 15% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável.

O resultado dos testes de *impairment* não indicou nenhuma necessidade de provisão no ano de 2016.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 nenhum ativo teve seu valor reduzido por perda de valor recuperável. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

## 11 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2016	31/12/2015	Vencimento
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES)	URTJLP	9,82%	779.134	771.773	2029
Finame (BNDES)	Pré-fixado	2,79%	117.868	141.086	2025
NCE	112,00% do CDI	15,39%	120.069	406.805	2018
	129,62% do CDI	18,01%	552.576	304.644	2023
Bancos Comerciais	CDI + 3,50%	17,61%	294.516	-	2018
	CDI + 3,47%	17,57%	80.486	-	2017
	Dólar (US)	-	-	126.669	2016
	CDI + 3,50% a.a.	18,13%	-	205.692	2016
	CDI + 4,91% a.a.	19,21%	163.815	195.632	2019
			2.108.464	2.152.301	
	Debentures				
Debêntures conversíveis	TJLP + 1,5%	9,01%	-	2.592	2016
Debêntures não conversíveis	108,00% do CDI	14,80%	116.951	175.428	2018
	Pré-fixado	13,13%	163.862	161.175	2020
	% Receita	-	-	30.315	2016
	Líquida				
	CDI + 1,70%	-	175.437	151.528	2016
	CDI + 3,50%	17,61%	2.347.271	-	2023
		2.803.521	521.038		
Total			4.911.985	2.673.339	
Circulante			577.204	711.622	
Não circulante			4.334.781	1.961.717	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras.

Todos os empréstimos, financiamentos e debêntures são garantidos por avais da Companhia, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,7% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$395.522 (R\$299.747 em 31 de dezembro de 2015).

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,06% e TJLP de 7,5%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
13 a 24 meses	<b>577.126</b>	603.964
25 a 36 meses	<b>503.559</b>	454.502
37 a 48 meses	<b>996.274</b>	209.595
49 a 60 meses	<b>807.025</b>	254.017
61 a 72 meses	<b>778.341</b>	74.954
73 a 84 meses	<b>404.562</b>	54.646
85 a 96 meses	<b>40.219</b>	44.559
A partir de 97 meses	<b>227.675</b>	265.480
	<u><b>4.334.781</b></u>	<u>1.961.717</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reais (R\$)	<b>4.911.985</b>	2.546.670
Dólar (US\$)	-	126.669
Total	<u><b>4.911.985</b></u>	<u>2.673.339</u>

### ***BNDES***

Correspondem a recursos captados pela Companhia destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

### ***Nota de crédito de exportação - NCE***

As notas de créditos foram liquidadas por meio de exportação, mediante a comprovação de transporte do produto de exportação efetuados. Sendo uma contratação no montante de US\$126.669, em que incidiram variação cambial do dólar norte-americano e juros fixos anuais de 3,40%, com prazo de vencimento final em julho de 2016.

### ***Debêntures***

Em 31 de junho de 2016, a Companhia efetuou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia e sua controladora, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

### ***Linha de crédito não utilizado***

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$87.120 (R\$164.500 em 31 de dezembro de 2015).

### ***Cláusulas Restritivas (“covenants”)***

A controladora Rumo está sujeita a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Rumo.

O *ratio* pactuado é de até 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos à cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

## **12 Imposto de renda e contribuição social**

### **a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	<b>128.758</b>	193.626
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	<b>(43.778)</b>	(65.833)
<b><i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i></b>		
Equivalência patrimonial	<b>2.961</b>	2.700
Efeito de amortização do direito de concessão	<b>10.079</b>	10.079
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	<b>10.092</b>	28.596
Outros	<b>2.149</b>	(71)
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>(18.497)</u></b>	<u>(24.529)</u>
<b>Taxa efetiva</b>	<b><u>14,37%</u></b>	<u>12,67%</u>

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	31/12/2016			31/12/2015
	Base	IRPJ	CSLL	
<b>Prejuízos fiscais:</b>				
Prejuízos fiscais	325.864	81.466	-	95.022
Base negativa de contribuição social	236.638	-	29.397	34.208
<b>Diferenças temporárias:</b>				
Outras provisões	46.079	11.520	4.147	18.723
Despesas diferidas	161.555	40.389	14.540	55.754
Provisão <i>impairment</i>	98.060	24.515	8.825	47.010
Provisão para demandas judiciais	39.630	9.908	3.567	14.022
Provisão para não realização de impostos	40.792	10.198	3.671	9.872
Provisão para participação nos resultados	4.427	1.107	398	5.150
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	2.034	508	183	464
(-) Créditos não registrados	(138.561)	(34.640)	(12.471)	(47.111)
Outros	198.765	49.692	17.889	21.961
<b>Total</b>	<b>1.015.283</b>	<b>194.663</b>	<b>70.146</b>	<b>255.075</b>
Tributos diferidos - Ativos				255.075
<b>Total de tributos diferidos</b>				<b>255.075</b>

c) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

Saldo em 31 de dezembro de 2015	255.075
Resultado	10.759
Outros	(1.025)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>264.809</b>

### 13 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015
Cíveis, regulatórias e ambientais	12.374	11.654
Trabalhistas	22.902	25.162
	<b>35.276</b>	<b>36.816</b>

	Depósitos Judiciais	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributária	920	-
Cíveis, regulatórias e ambientais	83	1.502
Trabalhistas	15.053	8.742
	<b>16.056</b>	<b>10.244</b>

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	<b>Cíveis, regulatórias e ambientais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	11.654	25.162	36.816
Provisionados no exercício	<b>344</b>	<b>9.413</b>	<b>9.757</b>
Baixas por reversão / pagamento	<b>(759)</b>	<b>(13.150)</b>	<b>(13.909)</b>
Atualização monetária	<b>1.135</b>	<b>1.477</b>	<b>2.612</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.374</b>	<b>22.902</b>	<b>35.276</b>

**a) Tributárias**

*Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:*

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
ICMS - Exportação <sup>(i)</sup>	<b>80.123</b>	48.519
Plano de Opção de Compra de Ações	<b>8.790</b>	8.003
IRPJ/CSLL <sup>(ii)</sup>	<b>64.833</b>	5.043
ICMS TAD <sup>(iii)</sup>	<b>58.005</b>	37.317
Outros	<b>25.547</b>	33.084
	<b>237.298</b>	131.966

(i) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transportes ferroviário de mercadorias destinadas às exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

(ii) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Rumo S.A. sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Rumo S.A. atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

Adição do período referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.

(iii) ICMS TAD: O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósitos (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação idônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.

#### **b) Cíveis, regulatórias e ambientais**

***Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:***

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis <sup>(i)</sup>	<b>17.414</b>	27.776
Regulatórias <sup>(ii)</sup>	<b>915</b>	394
Ambientais <sup>(iii)</sup>	<b>55.009</b>	45.855
	<u><b>73.338</b></u>	<u>74.025</u>

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

#### **c) Trabalhistas**

***Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:***

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reclamações trabalhistas <sup>(i)</sup>	<b>64.792</b>	47.916
	<u><b>64.792</b></u>	<u>47.916</u>

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros



## 14 Arrendamento mercantil

### *Arrendamentos financeiros*

A Companhia possui contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamento financeiro são:

	31/12/2016				31/12/2015
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
<b><u>Pagamentos mínimos futuros</u></b>	<b>391.624</b>	<b>827.763</b>	<b>340.883</b>	<b>1.560.270</b>	<b>1.523.757</b>
Material rodante	373.324	754.566	240.237	1.368.127	1.313.315
Terminal	18.300	73.197	100.646	192.143	210.442
<b><u>Juros na parcela</u></b>	<b>(111.663)</b>	<b>(224.017)</b>	<b>(74.687)</b>	<b>(410.367)</b>	<b>(351.288)</b>
Material rodante	(100.259)	(186.459)	(51.827)	(338.545)	(267.450)
Terminal	(11.404)	(37.558)	(22.860)	(71.822)	(83.838)
<b>Valor presente dos pagamentos mínimos</b>	<b>279.961</b>	<b>603.746</b>	<b>266.196</b>	<b>1.149.903</b>	<b>1.172.469</b>
<b>Circulante</b>				<b>279.961</b>	<b>229.162</b>
<b>Não circulante</b>				<b>869.942</b>	<b>943.307</b>

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2022. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

### *Arrendamentos operacionais*

Bens	Total dos pagamentos mínimos futuros		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Total
Locomotivas	573	1.773	2.346
Vagões	1.762	7.209	8.971
<b>Total</b>	<b>2.335</b>	<b>8.982</b>	<b>11.317</b>

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

## 15 Certificado de recebíveis imobiliários - CRI

A Companhia firmou contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

Terminal	Taxa	Prazo	Data inicial	31/12/2016	31/12/2015
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	163.941	229.253
				<b>163.941</b>	<b>229.253</b>
<b>Circulante</b>				<b>78.427</b>	<b>68.407</b>
<b>Não circulante</b>				<b>85.514</b>	<b>160.846</b>

## 16 Patrimônio Líquido

### a. Capital social

O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é constituído por 1.189.412.363 ações, sendo 1.107.698.070 ações ordinárias nominativas, 76.088.610 ações preferenciais nominativas “A” e 5.625.683 ações preferenciais nominativas “B”. As ações preferenciais “A” não terão direito a voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade na distribuição de dividendos;
- Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia.

Ações preferenciais “B” tem os mesmos direitos das ações “A”, exceto pelos dividendos 10% maiores que o das ações ordinárias.

### b. Incentivos fiscais – SUDAM

A Companhia obteve através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional.

O benefício fiscal compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração até 2024. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis calculados até 31 de dezembro de 2016 sobre o lucro da exploração foi de R\$10.092 (R\$ 28.596 em 31 de dezembro de 2015), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da Companhia.

## 17 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos. Não foram identificados itens com possíveis efeitos dilutivos, portanto, o lucro básico e diluídos são iguais.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

### Básico e diluído

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	<b>110.261</b>	169.097
Por ação ordinária	<b>98.831</b>	151.263
Por ação preferencial "A" (incluso remuneração adicional de 10%)	<b>10.710</b>	16.711
Por ação preferencial "B"	<b>720</b>	1.123
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>752.961</b>	690.816
Média ponderada de número de ações preferenciais "A"	<b>74.177</b>	69.381
Média ponderada de número de ações preferenciais "B"	<b>5.484</b>	5.130
<b>Resultado básico e diluído:</b>		
Por ação ordinária	<b>0,1317</b>	0,2190
Por ação preferencial "A"	<b>0,1449</b>	0,2409
Por ação preferencial "B"	<b>0,1317</b>	0,2190

## 18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita bruta na venda de serviços	<b>2.753.514</b>	2.614.694
Impostos e deduções sobre venda de serviços	<b>(160.968)</b>	(138.589)
Receita operacional líquida	<b><u>2.592.546</u></b>	<u>2.476.105</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 240.363 (R\$ 130.682 em 31 de dezembro de 2015) das receitas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas com transações com a ALL - Malha Paulista) principalmente compostas por aluguel de terminal e serviços de fretes ferroviários.

**Partilha Ferroviária entre ALL Malha Norte e ALL Malha Paulista – Resolução 1.773 – ANTT (informação suplementar)**

A resolução 1.773 da ANTT instituiu a utilização obrigatória do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário (“Manual”), que determina que o valor devido para outras concessionárias a título de partilha de frete ferroviário (“Partilha”), passasse a ser classificado como Custo de Bens ou Serviços Vendidos da concessionária que origina o transporte. Demonstramos abaixo a receita líquida da Companhia e da partilha (líquida de impostos) de acordo com os requerimentos do Manual:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita líquida de serviços de transporte	<b>2.592.546</b>	2.476.105
Partilha devida para ALL Malha Paulista	<b>(1.049.775)</b>	(1.077.487)
	<b><u>1.542.771</u></b>	<b><u>1.398.618</u></b>

**19 Despesas por natureza**

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

**a) Despesas por natureza:**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Material de uso na prestação serviço	<b>(61.654)</b>	(42.090)
Mão de obra contratada	<b>(45.073)</b>	(44.910)
Despesas com pessoal	<b>(116.618)</b>	(86.557)
Despesas com transporte e elevação	<b>(1.261.510)</b>	(1.318.837)
Depreciação e amortização	<b>(398.234)</b>	(328.108)
Arrendamento mercantil operacional	<b>(11.484)</b>	(1.512)
Outras despesas	<b>(79.288)</b>	(78.737)
	<b><u>(1.973.861)</u></b>	<b><u>(1.900.751)</u></b>

**b) Classificados como:**

Custo dos serviços prestados	<b>(1.954.934)</b>	(1.881.981)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	<b>(18.927)</b>	(18.770)
	<b><u>(1.973.861)</u></b>	<b><u>(1.900.751)</u></b>

Durante o exercício de 2016, R\$ 1.111.660 (R\$ 1.271.762 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) das despesas são decorrentes de transações com partes relacionadas (substancialmente compreendidas por transações com a ALL Malha Paulista) principalmente relacionadas a partilha de frete ferroviário.

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Custo da dívida bruta</b>		
Juros sobre dívidas	(466.766)	(200.028)
Variação cambial líquida sobre dívidas	8.434	(24.723)
Ganho (perda) de derivativos de dívidas	1.661	(3.314)
	<b>(456.671)</b>	<b>(228.065)</b>
<b>Rendimento de aplicação financeira</b>	<b>81.181</b>	43.416
	<b>81.181</b>	43.416
<b>Custo da dívida, líquida</b>	<b>(375.490)</b>	<b>(184.649)</b>
<b>Outros encargos e variações monetárias</b>		
Juros sobre outros recebíveis	152.866	15.432
Arrendamento mercantil	(146.418)	(97.673)
Despesas bancárias e outros	(47.649)	(11.461)
Antecipação de créditos imobiliários	(33.695)	(42.351)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(7.827)	(4.445)
Outros encargos e variações monetárias	(34.632)	(13.543)
	<b>(117.355)</b>	<b>(154.041)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(492.845)</b>	<b>(338.690)</b>
Despesas financeiras	(816.716)	(437.212)
Receitas financeiras	313.848	124.448
Variação cambial, líquida	8.362	(22.612)
Derivativos	1.661	(3.314)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(492.845)</b>	<b>(338.690)</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 198.087 (R\$ 70.957 em 31 de dezembro de 2015) das receitas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre debêntures privadas e mútuos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, R\$ 19.794 (R\$ 823 em 31 de dezembro de 2015) das despesas financeiras são decorrentes de transações com partes relacionadas referente a juros sobre mútuo.

## 21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de provisão para demandas judiciais	(782)	(31.709)
Resultado na venda de estoques e inservíveis	208	4.721
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	(1.796)	(2.531)
Ressarcimento seguro	2.701	-
Outras receitas (despesas) líquidas	(6.121)	(21.459)
	<b>(5.790)</b>	<b>(50.978)</b>

## 22 Instrumentos financeiros

### *Gerenciamento dos riscos financeiros*

#### Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (a) Risco de crédito;
- (b) Risco de liquidez; e
- (c) Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
<b>Ativos</b>		
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>		
Títulos e valores mobiliários	<b>430.098</b>	174.891
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	-	86
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	<b>242.437</b>	25.017
Contas a receber de clientes	<b>229.782</b>	205.365
Recebíveis de partes relacionadas	<b>1.198.758</b>	727.678
Debêntures privadas	<b>595.401</b>	515.600
Caixa restrito	<b>87.571</b>	79.819
	<b>2.354.814</b>	1.553.479
<b>Total</b>	<b>2.784.912</b>	1.728.456
<b>Passivos</b>		
<b>Passivo pelo custo amortizado</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	<b>4.911.985</b>	2.673.339
Arrendamento mercantil	<b>1.149.903</b>	1.172.469
Certificado de recebíveis imobiliários	<b>163.941</b>	229.253
Fornecedores	<b>201.871</b>	189.212
Outros passivos financeiros	<b>15.022</b>	21.161
Pagáveis a partes relacionadas	-	10.062
Dividendos a pagar	<b>47.587</b>	2.465
Parcelamento de débitos - REFIS	<b>3.766</b>	2.972
	<b>6.470.332</b>	4.300.933
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	<b>12.303</b>	20.281
<b>Total</b>	<b>6.482.635</b>	4.321.214

Durante o exercício, não houve reclassificação entre as categorias apresentadas acima.

### ***Estrutura do gerenciamento de risco***

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbio da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	<b>Nocional</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/2016</b>	31/12/2015	<b>31/12/2016</b>	31/12/2015
<b>Derivativos de taxa de câmbio</b>				
Contratos de <i>Swap</i> (juros)	<b>160.000</b>	160.000	<b>(12.303)</b>	(42.331)
Contratos de <i>Swap</i> (juros e câmbio)	-	124.714	-	22.050
<b>Total de instrumentos contratados pela Companhia</b>	<b>160.000</b>	284.714	<b>(12.303)</b>	(20.281)
<b>Passivos</b>			<b>(12.303)</b>	(20.281)

(a) **Risco de crédito**

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	<b>242.437</b>	25.103
Títulos e valores mobiliários (ii)	<b>430.098</b>	174.891
Caixa restrito (ii)	<b>87.571</b>	79.819
Contas a receber de clientes (i)	<b>229.782</b>	205.365
Debentures privadas	<b>595.401</b>	515.600
Recebíveis de partes relacionadas	<b>1.198.758</b>	727.678
	<u><b>2.784.047</b></u>	<u>1.728.456</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 11, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2016</u>
AA-	685.573
AA+	74.533
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>760.106</b>



**(b) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2016				31/12/2015	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.038.929)	(1.202.257)	(3.612.666)	(1.760.532)	(7.614.384)	(3.395.712)
Fornecedores	(201.871)	-	-	-	(201.871)	(189.212)
Outros passivos financeiros (i)	(15.022)	-	-	-	(15.022)	(21.161)
Parcelamento de débitos - REFIS	(1.176)	(995)	(1.097)	(870)	(4.138)	(3.869)
Arrendamento mercantil	(382.132)	(314.279)	(531.485)	(323.711)	(1.551.607)	(1.458.968)
Certificado recebíveis imobiliários	(108.902)	(99.827)	-	-	(208.729)	(317.631)
Pagáveis a partes relacionadas	-	-	-	-	-	(10.062)
Dividendos a pagar	(47.587)	-	-	-	(47.587)	(2.465)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.199)	(3.145)	(6.598)	-	(16.942)	(20.281)
	<b>(1.779.075)</b>	<b>(1.620.503)</b>	<b>(4.151.846)</b>	<b>(2.085.113)</b>	<b>(9.636.537)</b>	<b>(5.419.361)</b>

- (i) A Companhia possui acordo com instituições financeiras que possibilitam a alguns de seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis para com a Companhia. Tais operações são usualmente denominadas pelo mercado como "*confirming*", "*forfeiting*" ou risco sacado e são considerados instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$15.022 (R\$21.161 em 31 de dezembro de 2015). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

**(c) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

## I. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Adiantamento a fornecedores	-	20
Fornecedores	-	(199)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(126.669)
Instrumentos financeiros derivativos ( <i>notional</i> )	-	124.714
<b>Exposição cambial, líquida</b>	<b>-</b>	<b>(2.134)</b>

## II. Risco de taxa de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

*Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:*

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>				
<b>Exposição taxa de juros<sup>(i)</sup></b>	<b>Provável</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
Aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e caixa restrito	94.622	23.655	47.310	(23.655)	(47.310)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(575.236)	(143.809)	(287.618)	143.809	287.618
Certificado recebíveis imobiliários	(25.658)	(6.414)	(12.828)	6.414	12.828
Arrendamento mercantil	(54.899)	(13.725)	(27.450)	13.725	27.450
Instrumentos financeiros	(18.772)	(4.693)	(9.386)	4.693	9.386
<b>Impactos no resultado do exercício</b>		<b>(144.986)</b>	<b>(289.972)</b>	<b>144.986</b>	<b>289.972</b>

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,06% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

### ***Valor justo dos instrumentos financeiros***

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 11.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Os passivos financeiros de R\$12.303 estão mensurados a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

### ***Gestão de capital***

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

## **23      Eventos subsequentes**

Em 2 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a controladora Rumo S.A. emitiu títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2024 ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em Fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

As Notas 2024 receberam classificação BB- pelas agências de rating Standard & Poor's e Fitch Ratings. A Rumo S.A. utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Rumo S.A..